

CASAL E FAMÍLIA: DESAFIOS HODIERNOS

Francisco Nascelio Maciel¹

RESUMO: *As mutabilidades sociais ocorridas nas últimas décadas influenciaram as relações humanas. A conjugalidade e a família foram afetadas de modo notável, basta considerar a vasta gama de arranjos familiares. A emancipação da mulher e sua profissionalização alteraram, significativamente, o processo de convivência doméstica. As políticas públicas podem viabilizar significativamente diferentes estratégias para a superação dos desafios da vida conjugal e familiar.*

Palavras-chave: Conjugalidade; Família; Mudanças sociais; Fluidez das relações; Emancipação da mulher.

Temos constatado, nas últimas décadas, uma explosão de mudanças na convivência social. A conjugalidade, de modo evidente, transparece esta realidade e abre perspectivas, almejando metas de superação deste caos, oriundo destas transformações. A família não está ilesa destes percalços que a fragilizam, debilitam, mas o seu potencial, comprovado pela história, fará emergir condições de possibilidade reelaborativa na contemporaneidade. O espaço público e privado tomou outra conotação com a emancipação da mulher, não mais reduzida à rainha do lar. Tem sido crescente a sua participação no mundo do trabalho, sua profissionalização e contribuição no aspecto econômico-financeiro. Isto implica, uma nova maneira de organizar a vida conjugal e familiar, que passa do primado do tradicionalismo, da supremacia do homem como provedor, para uma relativa uniformização da dualidade.

Se trata de mudanças profundas e permanentes, que dirigem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até a socialização das novas gerações, o universo de valores e de critérios que orientam a conduta da vida cotidiana. (PETRINI, 2006, p. 205)²

Mediante a esta complexidade, a constante mutabilidade fez incidir uma gama de configurações, buscando dialogar o sentimento, o amor-paixão, a solidariedade e a autonomia. O casal se porta de modo a dar significado ao seu compartilhar numa paridade a conciliar as exigências e diferenças que valorizam a individualidade. Tornou-se obsoleto pensar o homem somente na esfera pública, no trabalho. A educação dos filhos e o cuidado da casa eram, naturalmente, atributos femininos, passando assim a necessidade do casal interagir em função do bem-estar pessoal, profissional e conjugal familiar. Barnes (1994) salienta que o casamento é como um subsistema contido numa série ampla de sistemas, atrelado a outras instituições, resultando numa pluralidade de formas conjugais. Evidente que circunstâncias diversas irão alterar o ciclo vital da conjugalidade nas diferenças etapas.

¹ Mestrando em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador - UCSal. arupy@yahoo.com.br. Orientador: Giancarlo Petrini.

² Trecho traduzido do original pelo autor deste trabalho. PETRINI, G. Mutamenti nella società e mutamenti nella famiglia. In: Rev. *Anthropotes*, n° 22, v. 1, 2006, p. 205-235.

Neste sentido, uma extensa gama de relações de intimidade pode situar-se ao longo da linha que une dois pólos, bastante diferenciados: o da relação nupcial e o da relação ocasional. A escolha poderá ser diferente, dependendo da autonomia da pessoa, no uso de sua liberdade ou da influência que exerce a pressão do mercado. A categoria da relação nupcial e, como contraponto com ela, a de relação ocasional constituem instrumentos que permitem estudar diversas formas de agregação familiar, analisando a maior ou menor capacidade de estabelecer relações de cooperação entre os sexos e entre as gerações (PETRINI, 2006, p. 49).

A pesquisadora Diniz (1999), tendo presente que o casamento não é uma instituição linear e homogênea, porém que estrutura sua relação distintamente ante os valores, práticas e contexto social, nos oferece uma amostra deste panorama em que o casal e a família estão experimentando. Assim, três categorias em que o casal trabalha fora, em tempo integral, estão assim organizados: casais de duplo trabalho; casais de dupla carreira e casais mistos.

Na primeira categoria, os casais trabalham em atividades que não requerem alto grau de instrução. Estão sujeitos às descontinuidades do vínculo empregatício que não favorece possibilidades claras de progressão. Caso típico é o homem pedreiro e a mulher atendente de balcão. Em geral, após a jornada diária de trabalho, não exercem mais investimento intencional no crescimento profissional.

Já os casais de dupla carreira, assinalados pelas boas perspectivas no desenvolvimento profissional, dada a arrojada instrução, supõem-se uma disposição para sacrificar alguns aspectos essenciais da vida, dadas as contingências. Submetem-se então à reciclagem constante. É o caso dos médicos, advogados, executivos, pesquisadores universitários e outros. Embora bem remunerados, gozando de prestígio e status social, será preciso que o casal crie condições para desfrutar a intensidade deste vínculo que o sustenta.

Quanto aos casais mistos, em geral, ocorre que o homem tem uma carreira e a mulher um trabalho que se torna secundário, dadas as demandas proporcionadas e realçadas pela postura e engajamento social em destaque. Especificamente neste relato de caso, a relação de gênero se sobressai, pois, quando o destaque é o homem, há uma melhor conformidade com a normatividade social. (GILBERT & RASCHIDIN, 1987). Todavia se a mulher possui a carreira e se torna notável, a norma social antes preconizada e estável gera conflito conjugal e estudos constataam um alto índice de separação.

Castells, citado por Petrini (2006), adverte-nos que as mudanças sociais e conjugais postulam ser uma alternativa de um justo equilíbrio e reconhecimento da alteridade da pessoa humana. Contudo, a realidade ainda não corresponde às aspirações do homem e da mulher contemporâneos, cujas conquistas nem sempre significam melhoria da qualidade de vida.

Não estamos marchando triunfalmente – afirma – em direção à nossa libertação e caso fôssemos persuadidos do contrário, seria melhor considerar onde estes caminhos luminosos estão nos levando (CASTELLS, citado por PETRINI, 2006, p. 233)

Torres (2004), ao analisar as relações no contexto das lógicas conjugais, trata de aspectos que se sobressaíram na cotidianidade, tais como sentimentos, afetos, gestão de recursos, identidades, realizações pessoais e projeções no futuro. A partir da década de 60, se tornam notáveis os afetos essencialmente inter-relacionados ao casamento e à família. No percurso dos séc. XX e XXI, esta evolução do casamento e da conjugalidade não tem lógica homogênea. Segundo Torres, esta temática “desenvolveu-se diretamente a partir das propostas de referência,

como Durkheim, Simmel, Burgess, Parsons e Goode” (2004, p. 406). Segundo esta autora, diversos teóricos discorrem sobre o que fundamenta a interação do casal. Burgess (1960, apud TORRES, 2004) acentua que esta interação é regida por normas de regulação e coesão. Já Berger e Kellner (1964; 1975, apud TORRES, 2004) se remetem às particularidades geridas pela relação interna do casal e o aspecto nômico do casamento, do qual decorrem níveis como: construtivo, existencial e identitário. Na pluralidade dos pontos de vista sobre a conjugalidade, Singly (1993) e Kaufmann (1993) tomam como abordagem dos dias atuais a família contemporânea como família relacional (apud TORRES, 2004, p. 408).

Desta vasta gama de pareceres, torna-se marcante o destaque da mulher para além da função materna, portanto de mulher-natureza enquadrada no ser e nos limites dos condicionamentos biológicos, propõe-se a condição de mulher-indivíduo, pessoa que traça o seu destino, detentora de si própria e cônica de seus atos. Óbvio que tal processo com suas nuances de alcance toma por rumo normalizar as conquistas agregadas entre conjugalidade e sentimento amoroso. É perceptível que, a partir da década de 60, o amor dá impulso à união conjugal, mas a solidez se estabelece pelo entendimento ao longo da relação. Esta exigência resultou, nas últimas décadas, no aumento do número de divórcios³.

Para Burgess (1960, apud TORRES, 2004), a conjugalidade é um todo articulado e coeso, é uma unidade de personalidade em interação, existindo, primordialmente, para o desenvolvimento e gratificação mútua. Não são apenas unidades psíquicas, mas também personalidades sociais e gêneros sexuais abertos à reciprocidade.

Torres (2004) destaca cinco dimensões da conjugalidade, numa perspectiva sociológica, observando a influência contextual daquilo que se transparece, do que se pensa, do que se espera e da interação das práticas da díade.

Na primeira vertente, a conjugalidade é focada nas relações de trajetórias sociais e de gênero. Sendo social, cultural e ideologicamente diferenciada, de acordo com as condições de existência e adequadas para os dois sexos, fazendo jus à sua unitariedade.

No mesmo horizonte, a segunda dimensão da conjugalidade está relacionada à produção de sentido e de identidade que, para além da relação com o outro, é acrescida graças à parentalidade e fortalece a existencialidade. Mesmo quando se associa identidade e sentido, o conceito de gênero, como está proposto, transparece a existência de dissonâncias e assimetrias de poder. As mesmas tensões identitárias, precisamente surgem entre o “eu” e o “nós-casal” ou o “nós-família”, cuja incidência resulta desta articulação e ajuste de interatividade social.

Na terceira dimensão da conjugalidade, assume relevância cada vez maior a afetividade em sentido amplo, ocupando lugar de destaque a relação amorosa e a concretização da sexualidade. O amor confluyente, que se torna preponderante na escolha do cônjuge, torna-se auto-referenciado na maternidade e na paternidade e põe as crianças no centro da vida familiar (GIDDENS, 1992). Isto denota, nesta perspectiva, a superação da lógica da conveniência, que é assim permutada pela lógica romântica que transcende o sentimento amoroso e a sexualidade. Esta configuração social-familiar impulsionará a reciprocidade conjugal.

Vida em conjunto, filhos, partilha de recursos e despesas, este é o perfil da quarta dimensão da conjugalidade. Tendo a fase dos primeiros momentos de adaptação favorecido a duração da relação do casal, cria-se assim um sistema de possibilidades e limites de ação, fruto dos apelos identitários. Portanto, quando se geram filhos, conseqüentemente, novas relações se estabelecem, se afinam-se realidades objetivas diferentes, que se impõem por escolhas, decisões e formas de agir da própria dinâmica relacional.

³ Segundo o IBGE (Recenseamento Geral do Brasil, 2000), no Brasil, ante os dados relativos aos anos 90, o número de divórcios triplicou, enquanto o casamento de papel passado diminuiu 12%. Além disto, em 47% dos domicílios um dos pais estão ausentes, refletindo a monoparentalidade, sobretudo tendo a mãe por chefe da família).

Na quinta e última dimensão da conjugalidade, reflete-se o fato da mesma ser social e historicamente situada por interpelações exteriores. Tanto entre os casais jovens com menos de 10 anos de casados, quanto com os casais com mais tempo de convivência, as transformações bruscas de valores trazem perplexidade considerando-se tempo, espaço e contexto dos últimos quarenta anos, comparado aos nossos dias. O enlace conjugal que fôra compromisso assumido para a vida inteira, torna-se relativo. Nota-se que os relatos dos casais com 20 ou mais anos de casados, dos setores intermediários ou das profissões intelectuais ou científicas, afirmam que o nível de separação observada entre os amigos mais próximos era alto, sendo poucos os que estavam juntos. O divórcio, cada vez mais freqüente em certos setores sociais, interfere em práticas e representações que alteram as relações familiares e os processos sociais. Como decorrência, deu origem a uma vasta gama de arranjos familiares.

Neste sentido, no contexto da sociedade contemporânea, revela-se uma multiplicidade de arranjos conjugais, com um número cada vez maior de separações e recasamentos. O laço amoroso apresenta-se cada vez mais instável, com curta durabilidade. Dá-se origem ao amor líquido (BAUMAN, 2004), denotando a fragilidade da relação conjugal, assim como dos laços humanos de forma geral. O relato a seguir evidencia que o contato com experiências amorosas frustrantes podem levar ao desestímulo da vivência conjugal e constituição familiar.

Tem vários casos de casamento na minha família que não deram certo. Então, assim, o tempo todo eu tô vendo isso. Que os casais não duram muito tempo. Amigos meus que se casaram e depois de um ano se separaram. Amigos meus que se casaram sem gostar. Aí tem o lance da troca, mas é a troca material que eu acho que conta muito, às vezes... Sabe, eu acho que já vi coisa assim. Cerimônias maravilhosas, que depois de um tempo... Caramba, aquele casal querendo se matar ou, sabe, querendo... matar o outro. Então, é isto, este glamour, esta coisa toda, eu acredito que pode durar um certo tempo. (FERÉS-CARNEIRO, 2007, p. 350)

Hodiernamente, constata-se que o solipcismo, o relativismo ético e a fluidez das relações humanas fragilizaram as relações sociais e se opuseram aos valores constitutivos da gratuidade que emana da experiência comunitária que se faz na família. É nela que basicamente são assimilados: o amor, a honestidade, a partilha e a oblatividade. A lógica do consumismo e do subjetivismo que hoje impulsiona o contexto político-econômico-cultural, deixa profundas marcas que se contrapõem ao bojo de práticas consistentes da historicidade da família. A simbiose entre amor, sexualidade e fecundidade potencializa e conduz para o núcleo gerador de vitalidade, que se transforma, generativamente, no percurso originário da existência da família.

O ligame entre amor, sexualidade e fecundidade que tradicionalmente constituía o núcleo do matrimônio e da família, nos últimos decênios, foi rompido. A sexualidade pode ser vivida sem a fecundidade, sem amor, e a fecundidade sem sexualidade. Estes três elementos foram distanciados, cada um percorrendo um itinerário próprio, distinto daqueles outros, com conseqüências importantes. A dimensão lúdica parece ter exaurido o significado da sexualidade humana, que não encontra mais limites e pode ser vivida longe de toda responsabilidade ou vínculo que estenda os seus efeitos além do momento no qual se realiza como um jogo. (PETRINI, 2006, p. 221)

Tal panomara suscita a abertura de perspectivas de superação destes desafios. Bronfenbrenner (2004) contribui no campo do desenvolvimento humano e afirma que “a família

é coração do sistema social”. Isto supõe que devemos dinamizar o potencial humano para que a sanidade em todos os âmbitos possa ser o destaque societário. De modo preciso, ressaltamos aqui duas condições: ambientais e sociais. Segundo este autor, para desenvolver-se normalmente a criança precisa de um envolvimento duradouro com seus genitores e educadores que lhes devem dedicar tempo para suas necessidades básicas. Estes ainda devem interagir com a criança e introduzi-la pelo afeto, pelo estímulo e pela valorização do seu potencial no seio da família. O que se percebe hoje, no entanto, é que os pais precisam se ausentar do lar para garantir um melhor sustento e qualidade de vida para a família, mesmo correndo o risco de provocar lacunas que possam gerar prejuízos no processo educativo dos filhos. Donati, citado por Petrini (2005), salienta que as políticas públicas podem viabilizar condições para que os pais alcancem estas metas, permanecendo mais tempo com os filhos, impulsionando o processo de desenvolvimento e educação integral deles.

Enfrentar os desafios constatados com as mutabilidades ocorridas nas últimas décadas na sociedade, especificamente na família, supõe estudos aprofundados no campo das Ciências Sociais. Estes devem realizar-se no intuito de gerar diferentes estratégias de relacionamento da sociedade com as novas maneiras de organização da vida conjugal e familiar.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **O amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRONFRENBRENNER. **Making human beings**: human biological perspectives on human development. California: Sage, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, **Pronunciamentos do Papa Bento XVI no Brasil**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

FERÉS-CARNEIRO, T. **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FERÉS-CARNEIRO (Org). **Família e casal**: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

JACQUET, C.; COSTA, L. (Orgs). **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.

MOREIRA, L.; CARVALHO, A. (Orgs). **Família, Subjetividades e Vínculos**. São Paulo, Paulinas, 2007.

PETRINI, G. Mutamenti nella società e mutamenti nella famiglia. In: Rev. **Anthropotes**, nº 22, v. 1, 2006, p. 205-235.

PETRINI, G. **Pós-modernidade e Família**: um itinerário de compreensão. Bauru: SP: EDUSC, 2003.

PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. (Orgs). **Família, Sociedade e Subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PETRINI, MOREIRA, ALCÂNTARA (Orgs). **Família XXI**: entre pós-modernidade e cristianismo. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2003.

TORRES, A. C. **Casamento**: conversa a duas vozes e em três andamentos. A relação entre vida conjugal e trabalho. Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, 1998.

TORRES, Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero. **Caderno CRH**, v. 17, nº 42, p. 405-429, Set/Dez 2004.